

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2022.

Ao Presidente da CVM.

C/C: Superintendente Geral.

Senhor Presidente,

Em 6/1/22 o corpo de superintendentes desta Autarquia enviou carta aos seus cuidados solicitando apoio especial junto ao Ministério da Economia (ME) a respeito da questão salarial e outros desafios enfrentados pelos servidores da CVM. Os esforços realizados junto ao ME fizeram com que o nosso sindicato fosse recebido e se iniciasse uma tentativa de diálogo junto ao governo, pelo que gostaríamos de reconhecer o empenho contínuo da Presidência em nos apoiar. Contudo, os avanços observados desde então foram tímidos, ao passo que novas preocupações e variáveis se somaram nesse ínterim.

As mobilizações realizadas por diversas carreiras do serviço público federal parecem ter sensibilizado, ou pelo menos sinalizaram ao governo, sobre a importância de se manter um equilíbrio remuneratório entre os órgãos da administração pública federal. No entanto, em que pese esse passo inicial, novos fatores nos trazem preocupações ainda maiores, potencializando desconfortos anteriores e nos alertando sobre a necessidade de novos esforços de mobilização.

Estimativas do início do ano indicavam que 2022 seria o começo de uma recuperação econômica, mesmo que gradual, impactando positivamente os principais indicadores de custo de vida. No momento, já há consenso entre os principais agentes de mercado de que isso não só não se concretizará, como os impactos poderão ser ainda mais severos. Em outras palavras, a recomposição salarial tornou-se ainda mais urgente.

Outro ponto de elevada importância estrutural para o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é a divisão de responsabilidades entre as entidades públicas que o integram. Tal questão já foi inclusive objeto de avaliação pelo FMI e o Banco Mundial no âmbito do *Financial Sector Assessment Program (FSAP)*, avaliação a que o Brasil e demais países membros estão sujeitos a cada cinco anos. A boa coordenação existente entre as instituições do SFN, reconhecida por meio da referida avaliação internacional independente, foi construída dentro de uma política de estado, e hoje encontra-se materializada pelo reconhecimento das carreiras que compõem o **Núcleo Financeiro** dentro da estrutura do governo federal, e o qual a CVM faz parte.

Tal Núcleo, que abarca todas as carreiras do SFN, é composto por instituições com atribuições complementares e harmônicas, não só sob o ponto de vista legal e regulatório, como também a sua política de recursos humanos, cuja questão remuneratória é ponto sensível. Esse fator é crucial para a manutenção do equilíbrio entre as entidades que integram o SFN, e entendemos que deveria ser levado em consideração nas tratativas de negociação entre o governo e os sindicatos. Aspectos envolvendo a coordenação entre os reguladores financeiros é chave para a entrada ou permanência em órgãos multilaterais, especialmente após a Crise Financeira de 2008, e o governo brasileiro deveria ter isso em mente em um momento no qual negociamos a nossa entrada na OCDE.

A CVM supervisiona um mercado de mais de 74 mil participantes, que somava ao final de 2021 cerca de R\$ 33 trilhões, e cuja indústria de fundos, uma das maiores do mundo, responde por aproximadamente 25% de todo o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna. Nos últimos cinco anos, os mercados regulados foram fonte de captação de mais de R\$ 2 trilhões, um recorde absoluto. Esses números mostram com profunda clareza a relevância e seriedade do trabalho realizado pelos servidores desta Autarquia, bem como a magnitude de sua contribuição para a composição do orçamento público federal, abrindo espaço para outras áreas de atuação, em especial o combate à pandemia nos últimos dois anos e o auxílio à população mais vulnerável, dentro de um cenário de contração do investimento público.

Por todo o exposto, queremos manifestar mais uma vez a nossa extrema preocupação com qualquer tentativa de tratamento diferenciado entre as carreiras do serviço público, especialmente as que compõem núcleos com instituições cujos mandatos são complementares, como as que integram o **Núcleo Financeiro**. Isso poderia acarretar desequilíbrios e impactos significativos aos nossos servidores e, no limite, ao regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Nesse sentido, e como integrantes de um sistema, destacamos que seguiremos alinhados às futuras ações de mobilização do corpo de carreiras que formam o núcleo de reguladores do sistema financeiro.

Por fim, reforçamos que estamos certos de que os servidores continuam absolutamente comprometidos com a Instituição, com a Administração da CVM e com os serviços prestados à sociedade, e solicitamos, mais uma vez, que encaminhe o conteúdo desta carta ao Ministério da Economia, a fim de que se adote as medidas necessárias para evitar que as preocupações acima elencadas se materializem.

Atenciosamente.

Antonio Carlos Berwanger (SDM)
Bruno Barbosa de Luna (ASA)
Bruno de Freitas Gomes (SSE)
Carlos Cesar Valentim Alves (STI)
Carlos Guilherme de Paula Aguiar (SPS)
Cintia de Miranda Moura (SAD)
Daniel Valadão de Sousa Corgozinho (SPL)
Daniel Walter Maeda Bernardo (SIN)

Eduardo Manhães Ribeiro Gomes (SRI)
Fernando Soares Vieira (SEP)
Francisco José Bastos Santos (SMI)
José Alexandre Cavalcanti Vasco (SOI)
Paulo Roberto Gonçalves Ferreira (SNC)
Thiago Paiva Chaves (SRL)
Vera Lucia Simões Alves Pereira de Souza (SSR)